

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação de Pentecoste.

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis) às 08h (oito horas), reuniram-se na Sala de Logística da Secretaria de Educação, localizada na Rua Major João Martins, Centro, para realizar a 1ª reunião ordinária do Conselho do Fundeb, nesse ano. Após a conferência do estabelecimento do quórum pela Presidenta do CACS, Professora Maria Natália Acácio Braga Torres, deu as boas-vindas a todos os membros presentes, e iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. A presidenta falou que foi enviado um ofício Nº02/26 ao Secretário de Administração e Finanças sobre as observações realizadas nas análises das prestações de contas dos meses de julho, agosto e setembro feita por esse Conselho e que estava aguardando resposta. A presidenta em conjunto com os membros optaram por deixar já pré-agendada a 2ª reunião ordinária, onde na ocasião será realizada a análise das prestações de conta dos meses de janeiro e fevereiro de 2026, assim como o parecer conclusivo do CACS-Fundeb sobre as prestações de contas de 2025, para o dia 18 (dezoito) de março. Em seguida, a Secretária do Conselho: Maríllia Alves Teixeira Lopes, também acolheu os presentes e procedeu com a leitura da ata da última reunião ordinária.

Dando sequência, a presidenta comunicou que iríamos analisar as prestações de conta dos meses de outubro, (3) três pastas, novembro, (2) duas pastas e dezembro, (6) seis pastas, sendo ao todo 11 pastas, e que por isso cada conselheiro analisaria uma pasta e depois trocaria com outro membro para que ela fosse analisada novamente. Após essa explicação, os membros começaram a análise dos documentos, conferindo as movimentações. Ao término dessa análise, foram pontuadas algumas observações, sendo algumas esclarecidas pelo funcionário Lucas de Oliveira Nunes do setor de contabilidade que teve a sua presença solicitada pela presidenta do conselho para tirar, se possível, dúvidas que surgissem ao longo das análises. Assim, a professora Regy Anne Gomes Ribeiro constatou que algumas notas de pagamento não estavam assinadas pelo tesoureiro, porém, Lucas observou que as notas orçamentárias são assinadas pelo tesoureiro e as notas de pagamento extras não, porque são retenção de impostos (ISS e IRPJ). Lucas também fez algumas anotações para serem esclarecidas como no processo 16.12.0032, contido na pasta 2/6 de dezembro, o alto valor pago a empresa ENEL no valor de R\$ 11.893,86 no mês 11 de 2025, com o endereço Rua Artur Moreira de Azevedo, assim como outros altos valores pago a essa empresa. Alguns membros questionaram sobre o funcionamento das placas de energia solar nas escolas e pediram que se faça um levantamento de quais escolas já estão com as placas operando, visto que foi constatado um alto gasto com energia pelos estabelecimentos escolares.

Ao longo da reunião o Secretário de Administração e Finanças, João Batista S. Ferreira enviou o ofício Nº021/2026 a presidenta, via WhatsApp, em resposta ao ofício Nº02/2026 enviado por esse conselho sobre a verificação de processos 2025, com tais esclarecimentos, nos meses de julho e setembro de 2025, sobre as diferenças e ou ausência dos comprovantes de pagamentos nos processos nº 24.07.023, 24.07.0017 e 24.07.0018 do mês de julho de 2025 temos a informar que os valores apontados são do valor bruto e os comprovantes estão

agrupados no total do valor líquido, portanto não há diferença. Quanto ao processo da CAGECE do consumo da Escola Francisco Edson Tabosa realmente detectamos um consumo alto porém já está sendo providenciado o ofício para Secretaria de Educação tomar as providências junto a empresa de fornecimento de água – CAGECE. No tocante ao mês de setembro de 2025 do processo de Nº 25.09.0148 onde aponta-se que o valor de R\$303,60 se refere a quinquênio de um servidor de vínculo temporário temos a informar que não procede porque ao verificar no setor de pessoal dessa prefeitura detectamos que se refere a um servidor efetivo cujo nome é Luis Carlos Ribeiro Paiva e o concurso dele foi em 2002. Mesmo depois de esclarecido, o caso do profissional que recebe quinquênio, ainda ficaram conselheiros com dúvida com relação a esse servidor receber quinquênio. Ainda com relação ao ofício encaminhado pelo Secretário de Administração e Finanças ficou evidente a necessidade de ajuda por parte da Secretaria de Administração e Finanças para que os conselheiros possam se inteirar melhor das análises das prestações de conta.

Concluída a reunião a presidenta do conselho, a Professora Maria Natália Acácio Braga Torres agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E nada mais havendo a tratar, eu, Maríllia Alves Teixeira Lopes, lavro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.